

---

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –  
CMDCA**

Ata da Assembléia Geral Ordinária- Dia: 06 de novembro de 2014 Início:9h Local: **Casa de Participação Comunitária, Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Ponta da Praia – Santos**

1. **PARTICIPANTES:** Verificação da presença dos Conselheiros conforme lista de presença anexa. Justificaram ausência dos seguintes conselheiros: Carlos Mota por compromissos assumidos anteriormente na Secretaria de Defesa da Cidadania, Maria Cristina Dias Oliveira e Paulo Alves. Iniciada a reunião o Sr. Presidente Ricardo cumprimenta e faz a leitura da pauta e prosseguiu-se **ao item 1** – Leitura e aprovação da Ata da AGO anterior. A ata da AGO de outubro ficará para aprovação na assembleia de dezembro. Incluiu-se na pauta a aprovação da Ata da AGE anterior com as correções apontadas pelos conselheiros às linhas 106, fala do Sr. Daniel Lemos que sugeriu a criação de um instrumental para quando o Conselheiro Tutelar chegar na Casa de Acolhimento não voltar sem um documento na mão, com o posicionamento da equipe técnica. Fala da Sra. Magali as linhas 122 onde deve suprimir “que não houve nenhuma articulação com as demais políticas necessárias”, bem como onde se lê: Flávia Domenica, leia-se: Flávia Samarco. Luana Ng pede que se corrija linha 149 e onde se lê Luana Ng leia-se Luana Itagiba, conselheira Tutelar – ATA APROVADA. **Item 2-** Relatos dos Conselhos Tutelares: Não há conselheiros tutelares presentes até às 9h10. **Item 3-** Apresentação do Plano de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar da Criança e do Adolescente, pela Sra. Flávia Domenica, representante da SEAS., Coordenadora da Proteção Social de Alta Complexidade. Fez a exposição dos serviços de acolhimento no município, apontando a preocupação em fazer uma Rede de serviços de acolhimento, congregando todos os serviços para o atendimento de 0-18 anos incompletos. O município assinou o Termo de Aceite proposto pelo MDS em abril de 2014 e este Plano de Reordenamento foi apresentado ao CMAS e ao CMDCA em 07/10/2014 na SEAS. Santos possui 5 serviços de acolhimento e mais o Programa de Famílias Acolhedoras. Os serviços conveniados apresentam relatório mensal e mediante sua análise são diagnosticados os problemas. Um dos maiores problemas é a violência doméstica ( física e sexual). Há uma previsão de inaugurar a República de Jovens em imóvel localizado na Av. Senador Dantas, 290, específica para jovens egressos do acolhimento, de idade entre 18 e 21 anos, em regime de co-gestão (não tem cuidadores) e o jovem deve estar trabalhando para custear as despesas da casa. Sr. Edmir observa que no acolhimento deve haver a preparação para essa transição. Flávia continua abordando sobre o eixo de Gestão, com a proposta do reordenamento dos espaços (sala de reunião, multimídia), bem como gestão de encaminhamentos (vagas) para as medidas de acolhimento. Houve um acordo com Dr. Evandro, o qual passou a gestão de vagas para a SEAS há 2 meses e a mesma está encaminhando para os serviços, o que consolida a Secretaria como gestor de fato e não somente para transferência de recursos. O juiz oficia ou envia e-mail para a SEAS que imediatamente articula o serviço que vai receber a criança. Tais, conselheira tutelar da Zona Leste pergunta sobre o tempo que a criança fica na Casa de acolhimento até ser encaminhada para o abrigo. Flávia informa que a criança pode ficar no SEACOLHE até 90 dias e que isto está pactuado com Dr. Evandro. Lucy Freitas propõe que haja um protocolo de ações de onde o jovem vai (escola, médico e demais atividades). Dra. Adriana Jandelli pergunta se tem documento formalizando esse acordo entre Dr. Evandro (Juiz da Infância) e a SEAS. Flávia informou que a Casa de Passagem não é tipificado e que existe um Regimento da Casa e foi um acordo por ofício do Juiz, repassado aos conselheiros tutelares no fluxo. Busca-se um atendimento da forma mais articulada possível mas ainda precisa aprimorar na articulação com a Saúde. Tem um contato bom entre técnicos mas precisa melhorar, em especial para o atendimento aos usuários de drogas onde o atendimento deve ser contínuo. A

53 principal meta a alcançar é com a Saúde. A questão da Saúde Reprodutiva também  
54 precisa ser aprimorada com o Planejamento familiar pois tem mães com quatro, cinco  
55 filhos e que precisam de maior atuação da saúde para os pais dessas crianças acolhidas.  
56 Meta de contar com os conselhos tutelares e setoriais quanto ao direito de convivência  
57 familiar e comunitária, ampliar o número de Famílias Acolhedoras, hoje tem oito famílias.  
58 Falou ainda sobre os aspectos a serem reordenados de 1- Porte e estrutura – refere-se a  
59 a capacidade de atendimento; habitabilidade, salubridade, privacidade (guarda de  
60 pertences individual); imóvel em área residencial, de fácil acesso e sem placa na fachada.  
61 2- Recursos Humanos- falou sobre adequação, capacitação dos cuidadores e auxiliares,  
62 atualização e qualificação do quadro técnico. 3- Gestão do Serviço – aprimorar o Projeto  
63 Político Pedagógico, atendimento individualizado, convivência familiar, articulação do  
64 CRAS e CREAS com demais serviços do Sistema de Garantia de Direitos, principalmente  
65 emprego e habitação ( maioria reside em palafitas e cortiços). 4- Metodologia do  
66 Atendimento- todos os serviços são conveniados para atender crianças de 0-18 anos de  
67 ambos os sexos; fortalecer a autonomia; acompanhamento, em conjunto, das famílias  
68 após o acolhimento. Foram estabelecidas ações de curto, médio e longo prazo e cabe ao  
69 CMAS e CMDCA o efetivo acompanhamento quanto ao cumprimento deste Plano de  
70 Reordenamento. Lucy Freitas entende que a Resolução normativa deve ser integrada  
71 entre CMDCA e CMAS e que se atribua responsabilidades ao Centro Público de Emprego  
72 e Renda quanto a empregabilidade dessas pessoas/famílias. Tânia Justo enaltece a  
73 fluência verbas da Sra. Flávia Domenica e questiona se o problema do Planejamento  
74 Familiar para essas famílias é de fato a falta de adesão ou falta de convencimento por  
75 parte do técnico. Sra. Flávia informa que nunca trabalhou na Saúde mas acha difícil a  
76 adesão porque a família não tem acesso a muitos programas e também precisa cumprir  
77 algumas metas. Edmir acha importante a visita dos familiares para desacolhimento e é  
78 importante articulação com CRAS para fazer junto. Flávia explica que a Básica está  
79 acompanhando a família. É um plano conjunto com a família. Taís Aguiar fala que os  
80 Conselhos Tutelares tem participado pouco do PIA e que antes era chamado e agora não  
81 para que se tenha o outro olhar na discussão da política pública. Flávia informou que tem  
82 a presença dos conselheiros tutelares da Zona Leste e que os outros não participam.  
83 Disse ainda que existe um problema com a Diretoria de uma entidade cujo nome não foi  
84 mencionado nesta AGO e que o caso está sendo tratado diretamente pela Secretária de  
85 Assistência Social junto ao Diretor da entidade para que a criança seja tratada com a  
86 família e não transferida para outro lugar. Taís enfatiza que isto é uma violência  
87 institucional e ainda mais se tratando de uma entidade com registro e convênio. Flávia  
88 esclarece que tem conversa com Dr. Evandro mas a entidade vai lá e apresenta o caso de  
89 outra forma. A SEACOLHE chama a entidade para conversar. Informou ainda que Dr.  
90 Tiago, defensor público, está junto na defesa da criança. A conselheira tutelar Sandra  
91 pergunta sobre o que consta no termo acerca do RH das entidades. Leandro Lapetina, da  
92 SEAS informa que já consta no Termo que os técnicos devem participar das capacitações,  
93 no entanto não há como obrigar. Flávia entende que precisa de uma conversa com os  
94 diretores das entidades. Conselheira tutelar Sandra fala que a entidade é reincidente e  
95 que o CMDCA deve intervir. O Presidente Ricardo fala que não chegou essa denúncia ao  
96 conselho e pede que seja encaminhado para que se adote providências. Dra. Adriana  
97 Jandelli propôs que o CMDCA consulte o processo do Convênio. **Item 4** – indicação de  
98 representante para a Corregedoria dos Conselhos Tutelares, em substituição ao Sr. Sérgio  
99 Willians – Foi proposto e **aprovado** a Sra. Rejane, representante da SEAS como  
100 Corregedora. **Item 5** – Indicação de conselheiros para a Composição da Comissão  
101 Organizadora do processo Eleitoral do Conselho Tutelar – gestão 2016-2020: Foram  
102 indicados e **aprovados** os seguintes nomes para compor a Comissão: 1-representantes  
103 do governo: Nicola Margiotta, Helenice Fontes Alves, Valéria Galoti, Ana Lúcia Rezende,  
104 Luana Ng; 2- representantes da sociedade civil: Maria Cristina Dias Oliveira, Edmir Santos

105 Nascimento, Viviane (CAMPS), e Viviane (Lar Veneranda). Dra. Adriana Jandelli  
106 esclarece que com a nova gestão serão validadas as ações dessa comissão e  
107 reestruturada (com novos membros do CMDCA) e que as medidas imediatas,  
108 independente da aprovação da Lei, são necessárias para adiantar os procedimentos  
109 administrativos. A Conselheira Valéria vai enviar comunicado ao membros da Comissão  
110 para uma reunião antes da próxima AGO. **Item 6** – Composição da Comissão  
111 Organizadora da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- Foi  
112 informado pelo presidente que as conferencias municipais devem ocorrer entre novembro  
113 de 2014 e maio de 2015. Conselheira Adriana Jandelli aponta que o Conselho já poderia  
114 estar realizando e somente agora está sendo criada a comissão. A Comissão ficou assim  
115 composta: Ana Lúcia (SECULT), Edmir, Lilian (SEDUC), Sandra (Conselho Tutelar), João  
116 Bosco (D. Regional Ensino), Viviane (CAMPS), Antonio Peres (SEMES), Célia Machado  
117 (SMS), Donald (SETTAPORT), Marilene (30 de Julho), Luana NG (SESEG), Maria Cristina  
118 e Rejane (SEAS). **Item 7-** Informes da Campanha Destinação Criança – o presidente  
119 ricardo fala que enviou oficio ao Gabinete do Prefeito, consultando se o Executivo poderá  
120 realizar a abertura dia 24/11/14 e aguarda resposta. Enviou oficio a SECOR – Secretaria  
121 de Comunicação e Resultados, para divulgar a Campanha. Informou ainda que o  
122 lançamento da Campanha pela Rede Metropolitana de CMDCA's ocorrerá no dia 26/11,  
123 das 10h às 12h, no Fundo Social de Bertiooga e que o CMDCA será representado pelo  
124 presidente e pelo Sr. Luciano, coordenador da Câmara Financeira. Estende o convite aos  
125 demais conselheiros e fala que espera este ano ter a participação dos secretários  
126 municipais e adjuntos no evento. Helenice observa a importância de as entidades também  
127 divulgarem e informa que o Sr. Luciano ficou de verificar junto a Associação dos  
128 contabilistas uma oportunidade para que o CMDCA possa falar sobre a destinação aos  
129 seus associados. A Sra. Viviane, representante do lar Veneranda pergunta se existe  
130 material de divulgação em meio digital e a conselheira Luana Ng informa que não. Foi  
131 perguntado à Sra. Marta Ceará, representante da SECOR se existe esse material e a  
132 mesma informou que vai ter um encarte sobre o destinação que sairá publicado este mês.  
133 **Item 8 - Relatos da Diretoria Executiva** – Helenice informa que os assuntos discutidos  
134 foram pautados para a AGO. Foi informado pelo presidente sobre a AGE que será  
135 realizada no dia 12/11 específica para análise e deliberação do Plano SINASE – Sistema  
136 Nacional de Atendimento Socioeducativo . Informado que no dia 19/11 haverá a reunião  
137 com a Comissão do Plano Decenal da Infância e Adolescência. Dr. Adriana Jandelli  
138 perguntou sobre as respostas em relação ao ofício da Ficha Ficaí. Lilian (SEDUC)  
139 perguntou quando o CMDCA vai enviar as fichas para a SEDUC. Adriana responde que o  
140 CMDCA não tem que enviar pois isto é Política Pública e quem executa é o Governo. A  
141 Ficha é preenchida no sistema e é só imprimir e assinar. Daniel Lemos informou que no  
142 dia 19/11 haverá a capacitação da Rede Municipal e que as escolas estaduais já foram  
143 capacitadas. A Conselheira Tutelar Sandra informa que o Estado está mandando uma  
144 outra ficha e a SEDUC uma ficha antiga. Não está sendo feito o passo a passo conforme  
145 a Resolução Normativa e não estão fazendo a contra referência com a SEAS .Disse que  
146 houve uma deliberação que as escolas deveriam dar conta e que o Estado só iria  
147 começar em Janeiro 2015. Daniel Lemos informa que não é verdade o que a conselheira  
148 aponta. A conselheira Lilian, representante da SEDUC quer saber quais as escolas que  
149 não estão mandando as fichas. Adriana Jandelli reforça que o processo é simples: é  
150 lançar os dados no sistema, imprimir e assinar; isto é o que consta na Resolução e se  
151 houver disponibilidade do sistema, enviar via e-mail. Esclarece que não se trata somente  
152 de uma ficha impressa, mas de uma Política de Monitoramento, ou seja, fazer a busca  
153 ativa dessa criança. Foi deliberado que o CMDCA faria os ofícios sensibilizadores para a  
154 SEDUC e se não for cumprido deve-se oficiar ao Ministério Público. Que os Conselheiros  
155 Tutelares informem quem não está cumprindo pois se não insistirmos no cumprimento  
156 será só mais uma ficha burocrática. A conselheira tutelar Taís fala que lamentavelmente

157 esse assunto retorna à discussão nesta Casa e que foi levado para o Daniel e Ed Carlos e  
158 volta sem resposta. Isto está gerando ineficiência de dados. Questiona se “não  
159 demandam porque não querem que os dados venham?” Nunca viu em AGo os dados do  
160 Estado e da SEDUC sobre evasão escolar. Lilian (SEDUC) contrapõe a fala da  
161 conselheira “Você diz que estão mascarando os dados? Isso é sério”. Luci Freitas,  
162 apresenta seu posicionamento com relação ao descumprimento da Resolução FICAI e  
163 que o ECA prevê as penalidades para quem não cumprir nos artigos 228 a 263, 257, 252  
164 a 258 e 250 parágrafos 1º e 2º. O conselheiro Edmir fala que tem um número absurdo de  
165 defasagem escolar apresentado na elaboração dos Planos SINASE, pelo NAI e outros  
166 então existe a Evasão. Se a gente faz algo prá melhorar e não cumpre está cometendo  
167 violência institucional. Adriana Jandelli propõe apresentação do Relatório do Conselho  
168 Tutelar em 15(quinze) dias informando as dificuldades sobre o encaminhamento da ficha  
169 FICAI bem como as escolas que não estão cumprindo. **Aprovado.** Daniel Lemos informou  
170 que fez a capacitação das escolas do Estado conforme relatório enviado ao CMDCA. Dra.  
171 Adriana Jandelli reforça seu compromisso de continuar acompanhando este assunto.  
172 Passou-se ao **Ítem 9 – Relatos das Câmaras Setoriais – Câmara de Relações Públicas:**  
173 A conselheira Luana NG informa que não houve reunião pois não tem participação dos  
174 conselheiros, conforme lista de presença. Sendo assim, não há como discutir Campanha  
175 Destinação Criança. Se não tem recursos para Campanha, não haverá recursos para os  
176 projetos. A Câmara não se reúne há três meses e aí não há como planejar se os  
177 conselheiros não participam. Só vem ela (Luana) e a Luci Freitas, colaboradora. No ano  
178 passado a SECOR publicou coisa errada por não passar pela Câmara. A SECOR deve  
179 enviar qualquer material sobre o CMDCA para análise da Câmara de Relações Públicas.  
180 Luana Ng pede que os conselheiros ajudem na divulgação e na Câmara. Luci Freitas fala  
181 que é solicitado reiteradamente que as pessoas justifiquem e nem isso acontece e ela fica  
182 aqui esperando e ninguém aparece. Foi informado que os seguintes membros da Câmara  
183 de Relações Públicas encontram-se ausentes, sem justificativas, conforme livro de  
184 presença: Marta Ceará (SECOR), Paulo Rogério (SECOR) e Iracema. Adriana Jandelli  
185 esclarece que na última eleição todo mundo fez questão de fraudar um processo para  
186 poder estar no Conselho e agora desaparecem. Reforça que vai cobrar. Edmir fala que o  
187 Regimento Interno estabelece o número de ausências dos conselheiros e que deve ser  
188 publicizado no final deste exercício quem participou e quem não participou das reuniões,  
189 quantas reuniões ocorreram, isto tem que se tornar público. A conselheira tutelar Sandra  
190 informa que existe uma prática bem sucedida em Porto Alegre em que as entidades para  
191 ter direito aos recursos do Fundo devem comprovar 80% de participação nas reuniões do  
192 Conselho. Nós precisamos colocar isto no edital. **Câmara de Planejamento:** A  
193 conselheira Ana Lúcia (SECULT) informa que a Câmara se debruçou no PMIA e Plano  
194 Decenal, discutiram o projeto Crescer Bem da Casa João Paulo, a qual teve seu convênio  
195 encerrado e aguarda relatório financeiro para finalizar. Discutiu-se sobre a Creche São  
196 Jorge contudo não houve ainda um entendimento. Houve visita técnica da Viviane  
197 (CAMPS) e da Adriana (PROECO) e o assunto ficou para a próxima reunião da Câmara. A  
198 conselheira tutelar Taís veio na reunião da Câmara e apresentou como estão as visitas  
199 nas entidades. O Conselho Tutelar vai receber a lista de Programas do Poder Público  
200 para fazer a análise (fiscalização). Só o Conselho Tutelar da Zona Leste tem 56  
201 entidades. Informou que ficou deliberado no Colegiado que o que for comum aos três  
202 Conselhos Tutelares será feito por um conselheiro de cada base. **Câmara de**  
203 **Legislação:** Adriana Jandelli informou que não houve reunião. O Sr. Antonio Peres se  
204 colocou à disposição para apoiar a Câmara de Relações Públicas. **Câmara Financeira:**  
205 A Conselheira Marilene informou que a Câmara se reuniu em 22/10 e analisou a  
206 prestação de contas das entidades. Analisou o processo de comércio eletrônico do  
207 Fundo e tomaram ciência. Também tomaram ciência do processo da Família Acolhedora  
208 que atualmente tem 12 crianças beneficiadas. Discutiu sobre a abertura de novo edital

209 para projetos pois existe saldo disponível. Tomou ciência do processo 43790/2014 e  
210 também solicitaram informação à Casa João Paulo sobre os recursos recebidos e a  
211 prestação de contas. **Ítem 10-** Relatos dos representantes das Comissões: Adriana  
212 Jandelli informa sobre o Programa Vivaleite e pede o agendamento de um carro para a  
213 segunda semana de dezembro fazer uma vistoria juntamente com o representante da  
214 Regional da Zona Noroeste nos pontos de distribuição do leite. Que se solicite relato de  
215 todos os pontos. Informa que a Coordenação do programa já mudou três vezes este ano.  
216 Luci Freitas questiona sobre as sobras do leite. Adriana informa que foi fornecida uma  
217 listagem atualizada das entidades para entrega das sobras. Viviane do Lar Veneranda  
218 pergunta que trabalho está sendo feito com o leite pelas entidades pois não estão dando  
219 para as famílias e estão ficando com o leite. Foi esclarecido que as sobras são  
220 distribuídas para as entidades e que devem ser utilizadas pelas mesmas. Se existe desvio  
221 para funcionários ou algo semelhante não chegou ao nosso conhecimento. Edmir relata  
222 sobre a Câmara Jovem que entende deve inserir na nova gestão do CMDCA uma Câmara  
223 específica. Em relação a CEVISS fala sobre o atendimento às crianças em situação de  
224 exploração ou abuso. A Rede está desintegrada e não atende adequadamente a família.  
225 Propõe que se reserve 10% do Fundo para capacitação permanente da Rede. Em relação  
226 a Justiça Restaurativa informou que no dia 19/10 houve reunião do grupo gestor. O  
227 CMDCA indicou algumas pessoas. É importante ter a participação da Sra. Rita da  
228 Fundação Casa como facilitadora e a próxima reunião acontecerá dia 18/11. **Ítem 11 –**  
229 Assuntos Gerais- a Sra. Regina Passos, do Fórum da Criança, informa que está aberto o  
230 edital para inscrições das entidades que pretendem participar da eleição para compor o  
231 CMDCA na próxima gestão. Expressa que espera ter um processo bem transparente. Não  
232 mudou nada em relação aos critérios, é a mesma documentação e deve ser entregue na  
233 SEPACOM. As inscrições podem ser feitas de 7/11 até 01/12 e a eleição será dia 15/12 às  
234 9h30 na SEPACOM. Adriana Jandelli fala sobre a fraude ocorrida na eleição passada e  
235 que isto não está esquecido. Informa que quando verificou que três alvarás de entidades  
236 não demonstravam a realidade fez um jogo de documentos e encaminhou ao Ministério  
237 Público e o processo está transcorrendo. Luci Freitas pede que a Câmara Financeira e  
238 Lesgilação observem para a LDO 2015 que fala sobre a destinação de recursos para o  
239 Plano de Convivência Familiar e Comunitária e que façam gestões junto ao GPM e  
240 SEAS. Luana Ng informa sobre a capacitação sobre drogas “Coalisões Comunitárias”  
241 nos dias 17 e 18/11/2014. Viviane do Lar Veneranda informa sobre a rifa de Natal para  
242 quem quiser participar. Luciana informa sobre o processo seletivo do Projeto Pescar da  
243 Citrosuco – inscrições de 27/10 a 14/11 para jovens do ensino médio, no curso de  
244 logística na Av. Gov. Mario Covas Jr. 68. Regina Passos informa sobre a divulgação feita  
245 às entidades acerca da capacitação do Fórum da Cidadania sobre “Captação de  
246 recursos” e que as entidades não compareceram e isto é extremamente importante.  
247 Esclareceu que enviaram e-mail para as 87 entidades do mailing do Conselho e 30  
248 voltaram. Que se atualize. As conselheiras Maria Cristina e Ana Lúcia apresentaram  
249 justificativa para ausência na AGE de novembro e na AGO de dezembro em virtude de  
250 licença prêmio e férias respectivamente. Nada mais havendo a tratar deu-se por  
251 encerrada a assembléia às 11h50 tendo o Sr. Presidente agradecido a presença de todos.  
252 Eu, Helenice Fontes Alves, secretária lavrei a presente ata.

253

254

255

256 RICARDO DE OLIVEIRA GOMES

HELENICE FONTES ALVES

257 Presidente

2ª Secretária